DIREITO

PROJETO DE PESQUISA: Direito Recuperacional: o papel da assembleia geral de credores na recuperação judicial segundo a lei 11.101/05

COORDENADOR: Rinaldo Ribeiro Moraes

PLANO DE TRABALHO: O papel da assembleia geral de credores na recuperação judicial segundo a lei 11.101/05

ALUNO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA: Letícia Roberta Monteiro Bacelar

CURSO: Bacharelado em Direito

PALAVRAS-CHAVE: Recuperação judicial; Lei 11.101/05; Assembleia Geral de Credores.

O objetivo deste Plano de Trabalho foi analisar o papel dos credores na lei falimentar – 11.101/05. A investigação busca dialogar com a referida lei, que trata de dois institutos – recuperação judicial e falência e trouxe grande avanço para a atividade empresarial em decorrência da influência do princípio da preservação da empresa e da ampliação da participação dos credores. A investigação é do tipo bibliográfico-doutrinário. Foi diagnosticada uma empresa em crise para se verificar como o papel dos credores se dá no processo de recuperação judicial. A relevância do estudo se justifica por analisar o progresso da atuação da Assembleia Geral de Credores como órgão essencial no instituto de Recuperação de Empresas.

PROJETO DE PESQUISA: Empresa, empresário e direitos fundamentais: análise da função social da empresa e da eficácia dos direitos fundamentais nas relações privadas

COORDENADOR: Leandro Moraes do Espírito Santo

PLANO DE TRABALHO: Direitos fundamentais e relações privadas, empresário e o exercício da empresa

ALUNO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA: Amanda Virgínia de Oliveira Belo

CURSO: Bacharelado em Direito

PALAVRAS-CHAVE: Direitos fundamentais; Empresa privada; Princípio da Dignidade da Pessoa Humana.

A temática deste Plano de Trabalho se alinha com a discussão relevante que se tem atualmente no Direito relativa à questão envolvendo direitos fundamentais e as relações privadas. A empresa representa grande importância para o desenvolvimento social, econômico e tecnológico do país e para estabelecer balizas para seu exercício frente aos direitos fundamentais. Compreender qual a relação entre esses direitos e o exercício da empresa no ordenamento jurídico pátrio foi, assim, o objetivo deste estudo. Constatamos que para uma empresa cumprir com sua função social, está deve estar em consonância com os direitos fundamentais do consumidor, do trabalhador, do meio ambiente ecologicamente equilibrado, sempre respeitando o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana e também os direitos fundamentais do empresário.

PROJETO DE PESQUISA: Empresa, empresário e direitos fundamentais: análise da função social da empresa e da eficácia dos direitos fundamentais nas relações privadas

COORDENADOR: Leandro Moraes do Espírito Santo

PLANO DE TRABALHO: A função social da empresa e os direitos fundamentais

ALUNO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA: Rebeca Guerreiro Coelho da Silva

CURSO: Bacharelado em Direito

PALAVRAS-CHAVE: Empresa; Princípio da Dignidade da Pessoa Humana; Direito fundamentais.

Compreender qual a relação entre os direitos fundamentais e o exercício da empresa no ordenamento jurídico pátrio foi o objetivo deste estudo. Trata-se de investigação exploratória, que permite abordar um problema jurídico, ressaltando características percepções e descrições. Sua relevância é contribuir para o debate acerca da empresa como atividade econômica organizada, do empresário como sujeito de direitos e obrigações e a relação desses com os direitos fundamentais. Para que uma empresa cumpra com sua função social, deve estar em consonância com os direitos fundamentais do consumidor, do trabalhador, do meio ambiente ecologicamente equilibrado, respeitando o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana e também os direitos fundamentais do seu exercente.